

ACÓRDÃO Nº.

TRT/15ª. REGIÃO - CAMPINAS

PROCESSO N.º 00312-2008-156-15-00-0 RO

RECURSO ORDINÁRIO DA VT ITINERANTE DE MORRO AGUDO

1ª RECORRENTE: JOSÉ MARCELO MOREIRA VELOSO

2ª RECORRENTE: SANTELISA VALE BIOENERGIA S.A.

EMENTA. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO. RECURSO ATENTATÓRIO. SITUAÇÃO FÁTICA FARTAMENTE COMPROVADA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. A escravidão, o trabalho forçado e a servidão por dívida possuem características próprias, mas todas essas figuras constituem violação dos direitos humanos fundamentais, especialmente o da dignidade humana. Na realidade, a multiplicidade de casos práticos de exploração da mão de obra humana contemporânea não permite firmar posicionamento acerca de uma sociedade tipicamente escravagista, mas se pode falar, como se tem falado, em trabalho escravo contemporâneo ou neoescravidão, no qual o ser humano é levado ao extremo da exploração, tratado como bicho, sem reconhecimento e concessão de direitos mínimos de sobrevivência digna e os que não aceitam são simplesmente descartados, sabendo-se, inclusive, do descarte por assassinatos de crueldade inigualável. Nossa Constituição Federal, seguindo esse norte, houve por bem fixar como um dos pilares do Estado Democrático o valor social do trabalho, que ombreia o valor da livre iniciativa, mas não é menos importante. Infraconstitucionalmente, o Brasil já adotou algumas medidas contra o trabalho escravo contemporâneo, como se vê do art. 149 do Código Penal, com reação dada pela Lei nº 10.803/2003. Ainda, o Brasil é signatário das convenções internacionais que pretendem erradicar o trabalho forçado, as normas que ensejam a aplicação de sanções aos exploradores encontram respaldo

constitucional, já que diretamente ligados aos direitos humanos. Neste caminho, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego têm empenhado-se no combate ao trabalho escravo contemporâneo, sendo que os empresários rurais que o praticam são incluídos numa “lista suja”, periodicamente editada, impedindo-os que se utilizem de auxílios e incentivos fiscais, justamente porque o Estado não pode validar e, mais do que isso, incentivar essa prática, por meio da concessão de incentivos, oriundos dos cofres públicos, com empregadores que, por meio desse exercício, colocam-se diametralmente opostos aos princípios e pilares democráticos insculpidos em nossa Magna Carta, como alhures dito. A realidade dos autos exalta que o empreendimento da Reclamada utiliza-se de trabalho forçado, em ambiente degradante, com condições ostensivamente inadequadas, mantendo os trabalhadores sem liberdade de locomoção, em verdadeiro exílio, em evidente afronta a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, insculpidos no art. 1º, CF, além do art. 5º e seu parágrafo 2º, nele se incluindo as Convenções Internacionais 29 e 105, ratificadas pelo Brasil, o art. 7º, ambos da CF, além de tipificado o crime do art. 149, CP. Acresço, ainda, que, do painel probatório extrai-se que, de fato, os trabalhadores ficavam dias inteiros sem água, inclusive para o banho, sendo comum faltar papel higiênico, a comida não era suficiente, algumas vezes chegava estragada. Ainda, extrai-se que o número de banheiros e vasos sanitários era insuficiente e, “como eram muitos homens o banheiro não tinha como parar limpo”, além de a comida, por vezes, chegar morna ou fria e não haver local para aquecer as marmitas, nem mesmo para armazenar mantimentos (geladeiras). Por esse esposado, conclui-se que o recurso da Reclamada é um verdadeiro atentado ao bom senso, revelando nitidamente sua má-fé, tentando esquivar-se maliciosamente da realidade que a sua própria testemunha, e seu depoimento pessoal, confirmam, colhendo pequenas frases para tirá-las do contexto e dar sustento a seu recurso. Diante disso, nos termos dos artigos 14 e 17 do CPC, a Reclamada deve responder pelas penas por litigância de má-fé, devendo arcar com multa no valor de 1% do valor da causa e indenização de 20%, também sobre o valor da causa, que deverá ser atualizado para esse fim, ambas reversíveis ao Reclamante. Recurso da Reclamada não provido.

Da R. Sentença de fls. 154/164, cujo relatório adoto, que julgou procedente em parte o pedido, recorrem as partes, tempestivamente. O Reclamante (fls. 165/180) aduz que foi comprovada a jornada inicial, pretendendo o pagamento da hora com adicional, intervalo integral e com reflexos, horas *in itinere*, honorários advocatícios; insurge-se contra a limitação da execução. A Reclamada (fls. 181/190) aduz que não foi comprovado o dano moral, pretendendo, alternativamente, a redução da indenização.

Fls. 191 e 192 – Depósito recursal e custas comprovados pela Reclamada.

Fls. 197/199 (reclamante) - Contrarrazões pelas partes.

Alçada permissível.

Representação processual regular (fls. 13 e 59).

Autos relatados.

V O T O

Conheço os recursos interpostos, visto que cumpridas as exigências legais.

DO RECURSO DO RECLAMANTE

O Reclamante aduziu inicialmente que trabalhava de segunda a sábado, das 06h50/07h00 às 16h30/17h00, com 30 minutos de intervalo, ativando-se também em feriados e dois domingos por mês, nos mesmos horários.

Assevera que, no período em que se ativou no município de Porteirão – GO, trabalhava diariamente das 06h15/06h30 às 17h30/18h00, com intervalo, sem folga semanal.

A Reclamada nega as horas extras, sustentando que ele sempre se ativou das 07h00 às 15h20, com uma hora de intervalo, de segunda-feira a sábado, nos termos dos cartões de ponto que juntou. Assevera que eventuais trabalhos em domingos foram registrados e quitados.

Pois bem.

Diante do limite de testemunhas para cada parte, deixo de considerar a prova emprestada de fls. 40/44 e o depoimento da testemunha Antônio Alves Pereira Neto (fls. 37).

Da prova oral (prova emprestada – fls. 26/39), duas testemunhas do Reclamado (fls. 35, Sr. Alair, e fls. 38, Sr. Devanir) esclareceram que os horários nos cartões de ponto eram preenchidos pelo líder da turma, tendo o Sr. Devanir deixado assente que “muito provavelmente os horários lançados não são verdadeiros (...); que pelo que sabe o líder preenche o horário de entrada, saída e intervalo do dia e apenas vai colher a assinatura do empregado no dia imediatamente seguinte (...)”.

No mesmo caminho, as testemunhas ouvidas pelo Reclamante foram uníssonas em afirmar que não havia correta anotação da jornada de trabalho nos cartões de ponto.

Portanto, a prova documental não é firme o bastante para confirmar a jornada descrita na defesa, sendo da Reclamada, portanto, o ônus de prová-la, nos termos da Súmula 338 do C. TST.

No que tange à prova do horário de trabalho, as testemunhas estão divididas, sendo que a testemunha do Autor (fls. 34/35) deu suporte à tese inicial e as da Reclamada (fls. 35 e 38), à tese de defesa.

Em assim sendo, de se concluir que a prova da Reclamada, repita-se, a quem incumbia o ônus, não foi suficiente para afastar a presunção de veracidade da jornada inicial (Súmula 338 do C. TST), motivo pelo qual provejo o recurso do Reclamante, para fixar a seguinte jornada de trabalho: de segunda a sábado, nos feriados e em dois domingos por mês, das 06h55 às 16h45 (médias), com 30 minutos de intervalo, exceto no período de ativação no município de Porteirão – GO, quando trabalhou diariamente das 06h20 às 17h45, com 30 minutos de intervalo, sem folga semanal.

A teor da Súmula 340 do C.TST, o salário por produção remunera a integralidade das horas trabalhadas, motivo pelo qual somente é devido o adicional das horas extras prestadas, não comportando reparos o julgado.

No que se refere ao pagamento integral do **intervalo intrajornada**, a R. Sentença não se encontra em consonância com o entendimento firmado pelas OJ's 307 e 354 da SDI-1 do C.TST, sendo devido o pagamento de uma hora integral, com o adicional de 50%, nos termos do art.71, §4º, CLT, e não somente a diferença entre o intervalo concedido e o mínimo legal de uma hora.

Ainda, tendo em vista seu caráter remuneratório, conforme expressa disposição do art. 71, CLT, deve refletir em DSR/f, férias e 1/3, 13º salário, FGTS.

Quanto às **horas in itinere**, a Reclamada invocou em defesa a existência de norma coletiva, pactuando a pré-fixação desse período.

Das convenções coletivas juntadas (fls. 135 e 144), consta na cláusula 6ª a previsão de pagamento do salário "*in itinere*" pré-fixado.

Da Reclamada era o ônus da prova da existência de norma coletiva regular e vigente entre as partes, no período contratual, o que fez conforme documentação juntada, deduzindo-se que as partes, de fato, pré-fixaram hora para esse fim.

Válida a pactuação, segundo entendimento corrente desta C. Câmara, cujo pagamento é comprovado nos holerites juntados, devendo, pois, ser privilegiada a pactuação coletiva, na forma do art. 7º, XXVI, CF.

Sem reparos, pois.

No que tange aos **honorários advocatícios**, não tem razão o Reclamante, pois, na Justiça do Trabalho, exige-se requisitos próprios. Não preenchidos os requisitos da Lei n.º 5.584/70 e Súmula nº 219, do C.TST, em sua integralidade, hipótese de cabimento da verba, não faz jus o patrono aos mesmos; entendimento recepcionado pela Constituição Federal conforme Súmula nº 329 do C. TST.

É esse o posicionamento sedimentado na Súmula nº 8 da Jurisprudência Dominante em Dissídios Individuais desse Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região: “**8 - TEMA: HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.** No processo do trabalho somente são devidos os honorários de advogado quando preenchidos os requisitos da Lei n.º 5.584/70 e Enunciado 219, cuja validade foi confirmada, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, pelo Enunciado 329”, sendo indevidos, portanto.

No pertinente à **limitação da liquidação** aos valores constantes da inicial, com a devida *venia* ao posicionamento do MM. Juízo de Origem, impõe-se pequena reforma.

Na esfera trabalhista, a atribuição de valor à causa e para cada um dos pedidos não se apresenta como pressuposto intrínseco objetivo de admissibilidade de processamento da ação.

Saliento, por oportuno, que, à exceção do pedido lógica e expressamente líquido, até mesmo nas ações perante o Juízo Cível, o valor dado à causa referente a cada um dos pedidos constitui mero informador de ordem de valor para efeitos decorrentes, tais como na adequação do rito procedimental, no cálculo de eventuais custas, na base de cálculo das penalidades processuais etc.

Até mesmo no rito sumaríssimo nesta Especializada, a exigência é que o pedido seja certo ou determinado e indique o valor correspondente, sem, contudo, impor limitação da condenação ao valor atribuído à causa.

Consta expressamente da exordial que a atribuição de valor da causa deu-se somente para efeitos fiscais, o que, na verdade, é inadequado, relegando-se à fase integrativa de liquidação a apuração do *quantum debeatur*, sem limitação ao valor da causa, mas devendo obediência ao *an debeatur*, que cuida do direito certo e determinado, ainda não quantificado pecuniariamente. Diga-se que o pedido, inclusive, foi julgado parcialmente procedente, adotando-se jornada diferente da inicial, o que já influi nos valores previamente delimitados.

Assim, exclui-se da condenação a limitação da liquidação da Sentença aos valores constante da prefacial em relação a cada pedido.

DO RECURSO DA RECLAMADA

Insurge-se a Reclamada contra a condenação em danos morais, sob o argumento de que não foram comprovadas as condições de trabalho degradantes descritas pelo Autor na inicial.

As provas destes autos revelam uma realidade sórdida, parecendo, até, alheia a tudo quanto se presencia sobre a evolução da humanidade, sua tecnologia, avanço no cosmos, porque a condição a que foram levados trabalhadores do corte da cana no estado mais pujante do Brasil nos remete aos idos da era primitiva.

Quero destacar, primeiramente, os fatos provados nos autos, como segue.

O Reclamante é um homem de 27 anos e morador de Morro Agudo, SP, contratado pela Reclamada, na mesma cidade, para o corte de cana, mas foi transportado por ela para Goiás, em Porteirão. Juntamente com ele, segundo a prova, foram cerca de 600 trabalhadores.

Deixo pinçados alguns fatos do depoimento pessoal transcrito nos autos(fls. 27).

“... no local onde estavam alojados havia 300 pessoas; não havia cama para todos, alguns dormiam em colchões no chão... o chão era de cimento; não havia ninguém para fazer a limpeza; que o alojamento ficava a 28 km de Porteirão; que não havia meio de transporte disponibilizado para sair do local, dependiam da vontade dos empreiteiros da reclamada; não havia nenhum mercado, nem venda no local dos alojamentos, apenas em Porteirão; a água vinha em um caminhão pipa e era colocado em uma caixa d'água; que não havia filtro de água, a água que bebiam era da caixa d'água; que a água usada para o banho vinha da mesma caixa d'água, saía direto do cano, não havia chuveiro, tomavam banho na água gelada; que não havia porta para o local do banho, quem passasse veria quem estava no banho... que embora existisse fiação elétrica, não chegava energia elétrica, salvo raramente, pois o gerador ficava em outra fazenda; não havia tanque para lavar a roupa; no local não havia pano de chão, rodo, vassoura ... não havia copo, prato ou talher à disposição dos alojados; não havia roupa de cama ou travesseiro; que os empregados alojados não foram previamente avisados sobre quais seriam as condições do alojamento... que aqueles designados para trabalhar em Goiás perderiam o emprego caso se recusassem a ir para lá... que aqueles que voltaram antes de Goiás foram demitidos; que o café da manhã consistia em café preto, sem pão, nem leite; não havia lanche no meio da manhã, nem no meio da tarde, nem no horário da ceia; que as únicas refeições fornecidas pela reclamada era o café preto pela

manhã, o almoço e o jantar; o almoço era servido às 11h, com arroz branco, um pedacinho de carne e um pouquinho de feijão, refeição insuficiente para matar a fome do reclamante; que o jantar era igual; que no meio da refeição vinha cabelo, cascudo(inseto), pelos de animais... que não havia nenhum lugar que pudesse ser usado como cozinha ou copa; que havia 20 canos para tomar banho, usados pelos 300 alojados; a comida vinha em um marmitex e chegava fria e não era esquentada... que o depoente e as demais turmas alojadas nem pisavam na cozinha ou no alojamento dos empreiteiros ...”

Do depoimento da Reclamada, destaco os seguintes trechos:

“... que em 2007 a reclamada levou aqui de Morro Agudo para trabalhar em Porteirão – GO cerca de 600 pessoas; divididas em três diferentes alojamentos; a distância dos alojamentos até a cidade mais próxima(Porteirão) era de 20 KM, aproximadamente... que o pessoal ficava ou no alojamento ou na lavoura, não iam à cidade... no alojamento do reclamante se alojaram 250 pessoas; que havia dez ou doze chuveiros com água quente: tinha energia elétrica; que reinquirido disse que não tem certeza se chegava energia elétrica ao local; não sabe se tinha ... não havia pratos no alojamento... havia um alojamento separado para os empreiteiros... não sabe se havia lençol, cobertor ou travesseiro... que o restaurante não tinha condições de fornecer 600 refeições a mais em cada refeição principal, e portanto teve que se adaptar ... que algumas vezes aconteceu em Goiás de faltar água ou energia elétrica... que nos ônibus havia tanque para água potável, gelada, mas não havia filtro... que tem conhecimento de duas ou três ocorrências envolvendo alimentação, sendo uma de macarrão estragado que ninguém conseguiu comer, outra relacionada com algum inseto ou outra coisa encontrada na comida por umas pessoas e a terceira não se recorda ...”

A primeira testemunha do Reclamante (fls. 30) traz as seguintes informações:

“... não havia cozinha; que o banheiro tinha portas; havia poço artesiano, ou melhor, havia uma caixa d ' água; a água vinha do poço para a caixa; havia tanto água direto direto do cano para o banho, sem chuveiro, como alguns banheiros com chuveiros; que apenas havia banho com água gelada; não havia mesa ou cadeira; não havia copo, talher ou prato; havia rodo e vassoura, mas a limpeza não era feita diariamente... que o local só ficava limpo se os próprios alojados limpassem ... o banheiro não era higienizado, ficava sujo direto, pois a pessoa que deveria fazer a limpeza era a mesma que lavava a roupa e não dava conta; a quantidade de comida que vinha não era suficiente para matar a fome da maioria das pessoas; que alguns até ficavam sem a refeição porque outros pegavam; que diariamente faltava energia elétrica; que também faltava água; e por conta disso tinha gente que dormia sem tomar banho e outros que só conseguiam fazê-lo meia-noite... que praticamente não havia café da manhã, normalmente era só o café preto e só comiam pão se houvesse sobre do dia anterior; a comida era ruim e quase sempre eram achados cabelos, insetos, pelos e às vezes a comida vinha azeda, estragada... a comida vinha em um marmitex de alumínio descartável e chegava fria e não havia onde esquentá-la...não

havia travesseiro e cobertor; que não foram fornecidos lençóis para todos... não havia telefone fixo ou orelhão; que não eram levados à cidade com frequência e ficavam muito tempo sem poder se comunicar com a família... não havia nada para distraí-los... os que vieram embora antes perderam o emprego; quem não aguentou ficar lá perdeu o emprego.”

A segunda testemunha do Reclamante traz as mesmas informações (fls. 31).

A primeira testemunha da Reclamada (fls. 32), por seu turno, era líder e trouxe os seguintes fatos:

“... em 2006 a reclamada levou 60 pessoas para trabalhar lá e 600 em 2007... os alojamentos foram montados em três fazendas diferentes que ficavam a cerca de 25/30 km de Porteirão ... quem ficou o tempo todo em Porteirão era levado à cidade todos os domingos para alugar para a família ... a comida era transportada em uma caminhonete com carroceria fechada, mas não sabe se tinha aquecedor ou não; havia um alojamento separado para os fiscais; no alojamento dos fiscais havia filtro de água, travesseiro e lençol, papel higiênico, água quente para o banho; no alojamento dos trabalhadores havia água quente e papel higiênico; faltou água durante três dias até arrumarem a bomba; o papel higiênico às vezes acabava... não sabe se havia travesseiro no alojamento dos lavradores... que como era muita gente o restaurante não dava conta... pelo que sabe duas vezes aconteceu da comida chegar estragada; que sabe por ouvir dizer que a comida era pouca e às vezes errava até no número de marmitas, mandava duas ou três faltando; que os trabalhadores só tinham para comer aquilo que era levado até eles pelo restaurante; que comparado ao número de pessoas o número de banheiros e vasos sanitários era insuficiente... alguns trabalhadores não aguentaram as condições de trabalho e desses alguns foram trabalhar aqui na região e outros dispensados; a comida era trazida em marmitas de plástico compradas em supermercado e já chegava morna ou até fria e não havia onde esquentar... que junto com o almoço era entregue um pão com mortadela, mas o pessoal acabava comendo junto com o próprio almoço e por conta disso ficava sem lanche da tarde... que afora as oportunidades quando faltou água que a bomba estava quebrada também havia dias em que a água acabava e era preciso ir um caminhão pipa colocar água nas caixas ...”

Esses mesmos fatos foram corroborados pelas testemunhas de fls. 34/39.

Destaco, da defesa, com relação ao período supra analisado, que “a reclamada proporcionou ao reclamante e aos demais trabalhadores perfeitas condições de ambiente e trabalho, oferecendo casas para se alojarem, com banheiros suficientes ao número de pessoas existentes em cada casa, além de camas e outros utensílios, com pessoas contratadas especialmente para fazer a limpeza e higiene do local, lavar as

roupas dos trabalhadores, além de preparar farto café da manhã... tais refeições eram adquiridas pela reclamada em restaurante da cidade onde os mesmos estavam trabalhando, sendo as mesmas fornecidas com toda a higiene necessária, não tendo jamais ocorrido o fato de a comida estar estragada ou com objetos estranhos...”

Para se aquilatar a gravidade da situação comprovada nos autos e a repercussão que deve receber, impõe-se destacar que, em pleno século XXI, ainda persistem no Brasil práticas degradantes e ilegais de exploração do trabalho humano. Não se pode perder de vista que a escravidão, o trabalho forçado e servidão por dívida possuem características próprias, mas todas essas figuras constituem violação dos direitos humanos fundamentais, especialmente o da dignidade humana.

Como é cediço, a escravidão é figura histórica oriunda da exploração do homem pelo próprio homem, tratado como objeto ou coisa, cuja propriedade estava nas mãos de um dono.

A Organização Internacional do Trabalho, por meio das Convenções 29 e 105, ratificadas pelo Brasil, define o trabalho forçado como sendo aquele *“serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção para a qual não se tenha oferecido espontaneamente”*, mas chega a expor, quanto ao trabalho forçado no Brasil, que *“a expressão trabalho escravo refere-se a condições degradantes de trabalho e à impossibilidade de deixar o emprego por força de débitos fraudulentos e da presença de guardas armados. Esse é realmente o principal aspecto do trabalho forçado no Brasil rural, onde os trabalhadores são imobilizados por coerção física até a quitação desses débitos fraudulentos.”* Essa é a conhecida servidão por dívida.

Na realidade, a multiplicidade de casos práticos de exploração da mão de obra humana contemporânea não permite firmar posicionamento acerca de uma sociedade tipicamente escravista, mas se pode falar, como se tem falado, em trabalho escravo contemporâneo ou neoescravidão, no qual o ser humano é levado ao extremo da exploração, tratado como bicho, sem reconhecimento e concessão de direitos mínimos de sobrevivência digna e os que não aceitam são simplesmente descartados, sabendo-se, inclusive, do descarte por assassinatos de crueldade inigualável.

Não entendo exagerado lembrar da Declaração dos Direitos do Homem, datada de 1948, após termos visto e vivenciado uma gama de crueldades e atrocidades advindos da Segunda Guerra Mundial, quando, pensava-se, o homem teria chegado ao extremo e, partir de então, viveria pacificamente com seu semelhante, respeitando-o. Nesse momento, segundo Eduardo Muylaert Antunes, *“A Declaração Universal dos Direitos Humanos se impõe com 'o valor da afirmação de uma ética universal' e conservará sempre seu lugar de símbolo e ideal”*(in **Natureza Jurídica da Declaração dos Direitos Humanos, Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 446, p. 35, dez. 72).**

Dada a importância do tema, muito apropriada a classificação dos direitos constantes da Declaração feita por Jack Donnelly, citado por Flávia Piovesan, em sua obra *Temas de Direitos Humanos*, conforme segue:

“Sobre o tema, observa José Augusto Lindgren Alves que mais acurada é a classificação feita por Jack Donnelly, quando sustenta que a Declaração de 1948 enuncia as seguintes categorias de direitos: 1) direitos pessoais, incluindo os direitos à vida, à nacionalidade, ao reconhecimento perante a lei, à proteção contra tratamentos ou punições cruéis, degradantes ou desumanas e à proteção contra a discriminação racial, étnica, sexual ou religiosa(arts. 2º a 7º e 15); 2) direitos judiciais, incluindo o acesso a remédios por violação dos direitos básicos, a presunção de inocência, a garantia de processo público justo e imparcial, a irretroatividade das leis penais, a proteção contra a prisão, detenção ou exílio arbitrários, e contra a interferência na família, no lar e na reputação(arts. 8º a 12); 3) liberdades civis, especialmente as liberdades de pensamento, consciência e religião, de opinião e expressão, de movimento e resistência, e de reunião e de associação pacífica (arts. 13 e de 18 a 20); 4) direitos de subsistência, particularmente os direitos à alimentação e a um padrão de vida adequado à saúde e ao bem-estar próprio e da família(art. 25); direitos econômicos, incluindo principalmente os direitos ao trabalho, ao repouso e ao lazer, e à segurança social(arts. 22 a 26); 6) direitos sociais e culturais, especialmente os direitos à instrução e à participação na vida cultural da comunidade(arts. 26 e 28); 7) direitos políticos, principalmente os direitos a tomar parte no governo e a eleições legítimas com sufrágio universal e igual (art. 21), acrescido dos aspectos políticos de muitas liberdades civis”(DONNELLY, Jack. *Internacional human rights: a regime analysis. In: Internacional organization. Massachusetts Institute of Technology, Summer 1986. p. 599-642, apud LINDGREN ALVES, José Augusto. O sistema internacional de proteção dos direitos humanos e o Brasil. Arquivos do Ministério da Justiça, Brasília, v. 46, n. 182, p. 89, jul./dez.1993).*(In obra e autora citados, Editora Max Limonad, 2ª edição, São Paulo, pág. 34/35).

Durante muitos séculos, os direitos humanos foram aviltados, chegando-se a um momento de realidade tão exagerada, que a humanidade entendeu ser necessário afirmar que o homem é um ser com direitos fundamentais, que devem ser respeitados onde quer que ele se encontre neste planeta.

Nossa Constituição Federal, seguindo esse norte, houve por bem fixar como um dos pilares do Estado Democrático o valor social do trabalho, que ombreia o valor da livre iniciativa, mas não é menos importante.

Interessantíssimas as colocações do constitucionalista José Afonso da Silva acerca do tema:

“Os antigos consideravam o trabalho(basicamente manual, então) como algo degradante para o homem(por isso, o escravo, único que trabalhava, era tido como coisa), algo inferior ao ócio, à vida contemplativa e à atividade militar. Alguns modernos, ao contrário, chegaram a divinizar o trabalho, a ponto de expressar uma 'mania de trabalhar por trabalhar', sem consideração por seus fins. Ambas as concepções desconsideram o *trabalho como valor social*, o trabalho como 'atividade humana destinada a transformar ou adaptar recursos naturais com o fim de produzir bens e serviços que satisfaçam as necessidades individuais e coletivas', atividade social por excelência. É esse o trabalho cuja valorização constitui fundamento da ordem econômica(art. 170), cujo primado é base da ordem social(art. 193) e que merece a proteção constitucional como matéria-prima dos direitos sociais (arts. 6º e 7º). Os *valores sociais do trabalho* estão precisamente na sua função de criar riquezas, de prover a sociedade de bens e serviços e, enquanto atividade social, fornecer à pessoa humana bases de sua autonomia e condições de vida digna. Os *valores do trabalho*, portanto, só se materializam com o direito à livre escolha do trabalho pelo trabalhador, direito a condições equitativas(igualdade de tratamento nas relações de trabalho), direito a uma remuneração que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana do trabalhador e seus familiares.”(***In Comentário Contextual à Constituição Federal*, autor citado, Editora Malheiros, 2005, pág. 39).**

Infraconstitucionalmente, o Brasil já adotou algumas medidas contra o trabalho escravo contemporâneo, como se vê do art. 149 do Código Penal, que, a partir da Lei nº 10.803/2003, passou a ter a seguinte redação:

Art. 149: Reduzir alguém à condição análoga a de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

Pena: reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo 1º: Nas mesmas causas, incorre quem:

I. Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II. Mantém vigilância ostensiva em local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

Parágrafo 2º: A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I. Contra criança ou adolescente.

II. Por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Destaco, por oportuno, que, com o Brasil é signatário das convenções internacionais que pretendem erradicar o trabalho forçado, as normas que ensejam a aplicação de sanções aos exploradores encontram respaldo constitucional, já que diretamente ligados aos direitos humanos.

O Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego têm empenhado-se no combate ao trabalho escravo contemporâneo, sendo que os empresários rurais que o praticam são incluídos numa “lista suja”, periodicamente editada, impedindo-os que se utilizem de auxílios e incentivos fiscais, justamente porque o Estado não pode validar e, mais do que isso, incentivar essa prática, por meio da concessão de incentivos, oriundos dos cofres públicos, com empregadores que, por meio dessas práticas, colocam-se diametralmente opostos aos princípios e pilares democráticos insculpidos em nossa Magna Carta, como alhures dito.

Vê-se, portanto, que o empreendimento da Reclamada, utilizando-se de trabalho forçado, em ambiente degradante, com condições ostensivamente inadequadas, mantendo os trabalhadores sem liberdade de locomoção, em verdadeiro exílio, afronta a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, insculpidos no art. 1º, CF, além do art. 5º e seu parágrafo 2º, nele se incluindo as Convenções Internacionais 29 e

105, ratificadas pelo Brasil, o art. 7º, ambos da CF, além de tipificado o crime do art. 149, CP.

Por todas essas motivações, considerando a extensão do dano, a submissão dos empregados a condições desumanas, bem como que a Reclamada entre os anos de 2006 e 2007 aumentou em quase sete vezes o número dos seus empregados sujeitos a essas condições (de 90 para 600 empregados), entendo que o valor da indenização fixada pela origem, embora módico em meu entendimento, deve ser mantido, sob pena de haver reforma *in pejus*. O valor da indenização por dano moral a ser arbitrado, como é cediço, deve observar a equação que sopesa a compensação moral do ofendido, bem como o caráter punitivo, com o que se objetiva a não reincidência do ato danoso, em observação aos artigos 944 e segs. do Código Civil de 2002 (art. 1.537 e segs. do Código Civil de 1.916).

Acresço, ainda, que, do próprio depoimento da primeira testemunha da Reclamada (fls. 32), extrai-se que, de fato, os trabalhadores ficavam dias inteiros sem água, inclusive para o banho, sendo comum faltar papel higiênico. A mesma testemunha confirma, ainda, que a comida não era suficiente e que aconteceu, por duas vezes, de a comida chegar estragada. Informa, ainda, que o número de banheiros e vasos sanitários era insuficiente e que “como eram muitos homens o banheiro não tinha como parar limpo”. Relatou, também, que a comida, por vezes, chegava morna ou fria e não havia local para aquecer as marmitas e que não havia local para armazenar mantimentos (geladeiras) motivo pelo qual os trabalhadores, quando eram conduzidos à cidade (nos domingos) nada compravam. Disse, ainda, que havia 10 chuveiros, mas apenas cinco tinham água aquecida.

Repito esses fatos, para concluir que o recurso da Reclamada é um verdadeiro atentado ao bom senso, revelando nitidamente sua má-fé, tentando esquivar-se maliciosamente da realidade que a sua própria testemunha, e seu depoimento pessoal, confirmou, colhendo pequenas frases para tirá-las do contexto e dar sustento a seu recurso.

Diante disso, nos termos dos artigos 14 e 17 do CPC, condeno a Reclamada nas penas por litigância de má-fé, devendo arcar com multa no valor de 1% do valor da causa e indenização de 20%, também sobre o valor da causa, que deverá ser atualizado para esse fim, ambas reversíveis ao Reclamante.

Determino, ainda, a expedição de ofício ao Ministério Público do Trabalho, pois verifico que nestes autos não foi assim determinado, para as providências que entender devidas, bem assim ao Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive para que a Reclamada seja incluída na chamada “lista suja”, como alhures mencionado.

Expeça-se ofício ao Ministério Público Federal, para os fins do art. 40, CPP.

Diante do Exposto, DECIDO conhecer dos recursos ordinários das partes, **não prover o da Reclamada e prover parcialmente o do Reclamante**, para acrescer à condenação horas extras, conforme jornada de trabalho fixada na fundamentação, determinar, ainda, a aplicação do entendimento contido nas OJ's 307 e 354 da SDI-1 do C. TST, apurando-se de forma integral as horas de intervalo, com os reflexos em DSR/f, férias e 1/3, 13º salário, FGTS, excluir a limitação da execução aos valores declinados na inicial, acrescer, também, multa e indenização por litigância de má-fé, nos importes de 1% e 20%, sobre o valor da causa devidamente atualizado, mantendo-se, no mais, a R. Sentença de origem por seus próprios fundamentos. Arbitro o valor da condenação com o acréscimo em R\$ 50.000,00, para os fins da IN 03/93, C.TST, item II, “c”, arcando a Reclamada com custas totais no importe de R\$ 1.000,00, deduzindo-se os valores já recolhidos .

LUCIANE STOREL DA SILVA
Juíza Relatora